PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FEAC
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS









CICLO POLÍTICO ORÇAMENTÁRIO

RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

RELATÓRIO TÉCNICO DE CICLO POLÍTICO NAS DESPESAS DOS ESTADOS BRASILEIROS (2013-2023).

ESTUDO TÉCNICO SOBRE O IMPACTO DOS CICLOS ELEITORAIS NAS VARIAÇÕES DAS DESPESAS ESTADUAIS (2013–2023).

Relatório técnico apresentado pelo mestrando Felipe Garbinatto Bellé ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação do docente Dr. Nicholas Joseph Tavares da Cruz.



SUMÁRIO

Resumo 03

Contexto 04

Público-alvo da proposta 05

Descrição da situação-problema 06

Objetivos da proposta 07

Diagnóstico e análise 08

Conclusões das análises 13

Conclusão 14

Responsáveis pela proposta 15

Referências 16

RESUMO

Este relatório técnico foi desenvolvido com base nos dados e tabelas apresentados na dissertação “Ciclos Políticos no Brasil em Governos Estaduais no Período de 2013 a 2023”.

O objetivo é demonstrar, de forma técnica, como o ciclo político se manifesta nas variações das despesas de capital estaduais, considerando a viabilidade de reeleição, a distinção entre anos eleitorais e não eleitorais e o impacto do alinhamento político-partidário entre governos estaduais e federal.

O conteúdo é direcionado a órgãos de controle e fiscalização, gestores públicos, pesquisadores e à sociedade civil, apoiando a compreensão e o monitoramento das contas públicas e contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas e a conscientização social sobre os custos políticos e econômicos dos ciclos eleitorais.

Para tanto, foram analisados os dados orçamentários extraídos da base Finanças Brasil do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI/FINBRA) e os dados das eleições estaduais obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral.



CONTEXTO

No período de 2013 a 2023, governos estaduais brasileiros atuaram em um ambiente político marcado por ciclos eleitorais regulares, visando a reeleição de governadores e variações no alinhamento político-partidário com a administração federal. Nesse cenário, fatores políticos, ideológicos e institucionais influenciaram de forma sistemática a composição e a execução orçamentária, especialmente no que se refere às despesas de capital — voltadas a investimentos e à formação de ativos públicos.

A literatura sobre ciclos políticos orçamentários indica que, em diversos contextos, há tendência de elevação estratégica desses gastos em anos de pleito motivada por incentivos eleitorais e pela busca de maior aprovação popular. A pesquisa que fundamenta este relatório mensurou e comparou essas variações por meio do cálculo das Despesas de Capital, segmentando os resultados conforme a ocorrência de eleições, a possibilidade de reeleição e o alinhamento político-partidário entre os níveis estadual e federal.

Os resultados, apresentados de forma técnica e visual neste produto, oferecem subsídios para aprimorar a transparência, fortalecer a fiscalização e orientar a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, contribuindo para o avanço do debate sobre eficiência alocativa e boa gestão dos recursos públicos.

,



PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PÚBLICO-ALVO

Este Relatório Técnico Conclusivo é direcionado aos Tribunais de Contas Estaduais e da União;

- Órgãos de Controle e fiscalização (Tribunais de Contas, Legislativos Estaduais e Federal, Ministério Público Estadual e Federal);
- Gestores Públicos;
- Pesquisadores;
- Sociedade Civil.

CICLO POLÍTICO E ORÇAMENTO PÚBLICO

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA



A execução orçamentária dos estados brasileiros apresenta variações significativas ao longo do tempo, especialmente nas despesas de capital, que correspondem a investimentos e obras públicas. Essas variações não se explicam apenas por fatores econômicos ou demandas estruturais, mas também por elementos políticos, como a proximidade de eleições, a possibilidade de reeleição dos governadores e o alinhamento político-partidário entre os entes federativos.

A literatura internacional sobre ciclos políticos orçamentários aponta que, em anos eleitorais, há a tendência de que gestores aumentem determinados gastos, buscando ganhos de visibilidade e apoio popular. No entanto, no contexto brasileiro, os estudos que investigam esse comportamento de forma sistemática no nível estadual precisam ser estendidos.

Assim, facilitar a compreensão e a observação da relação entre o ciclo político e as variações nas despesas torna-se essencial para aprimorar a transparência fiscal, a accountability e a eficiência na alocação de recursos públicos.

OBJETIVOS DA PROPOSTA

Fornecer um instrumento prático e acessível que apresente os resultados da pesquisa em formato técnico, permitindo:

- Identificar padrões de variação nas despesas estaduais durante 03 ciclos eleitorais;
- Facilitar o uso das informações para monitoramento e tomada de decisão em políticas públicas e controle social;
- Oferecer ao cidadão e à administração pública conhecimento acerca do que é e como ocorre o ciclo político, fornecendo melhores condições para reduzir seus impactos.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Para o estudo, foram escolhidas como variáveis a serem analisadas, os gastos públicos estaduais, sendo selecionados dentre eles as "despesas de capital", tendo em vista que, no contexto dos ciclos políticos orçamentários, estas despesas constituem variáveis que podem refletir, de forma distinta, as escolhas estratégicas dos gestores em relação à alocação dos recursos públicos. Estudos como os de Queiroz *et al.* (2019), Rocha e Brilhante (2014) e Nakaguma e Bender (2010) utilizaram-se destes tipos de despesas na investigação dos ciclos políticos.

As despesas de capital são voltadas para investimentos em infraestrutura, aquisição de equipamentos permanentes e amortização da dívida, representando ações que visam promover o desenvolvimento a longo prazo (Oliveira, 2019). Essas despesas são mais visíveis à população e, por isso, suscetíveis a estratégias políticas oportunistas, especialmente em anos eleitorais, quando os gestores buscam maximizar sua popularidade por meio da inauguração de obras ou lançamento de novos projetos.

A escolha dessa categoria de despesa como foco analítico da pesquisa se justifica, portanto, por sua relevância orçamentária e pela sua sensibilidade às dinâmicas do ciclo político. A análise da despesa de capital permite avaliar de forma mais precisa os efeitos da variável eleitoral sobre o comportamento do gasto público, sendo um caminho metodológico eficiente para captar eventuais manipulações oportunistas por parte dos gestores estaduais (Brender; Drazen, 2005; Queiroz et al., 2019).

O estudo se dedicou a, com base nas variáveis elegidas, investigar se os ciclos políticos oportunistas (relacionados ao calendário eleitoral) e os ciclos partidários (relacionados à ideologia dos partidos no poder) influenciaram os gastos públicos nos estados brasileiros e se os ciclos políticos e econômicos estão relacionados com os mandatos dos candidatos em condição de reeleição.

Os dados foram trabalhados a partir dos modelos econométricos e foram estimados utilizando a técnica de regressão com dados em painel, conforme indicado por testes diagnósticos prévios.

Análises estatísticas foram realizadas a partir do dados dados orçamentários dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal referentes às Despesas Totais e as Despesas de Capital obtidos junto à base Finanças Brasil pertencente ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI/FINBRA) e à base de dados das eleições realizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, compreendendo o período de 2013 a 2023, tendo em vista a importância de avaliar a relação entre as despesas orçamentárias e os resultados das eleições para governos estaduais brasileiros, ocorridas neste período, abrangendo 03 eleições (2014, 2018 e 2022) e os anos anteriores e posteriores a elas

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

A análise econométrica dos ciclos políticos e econômicos (CPE) nas finanças públicas estaduais, abrangendo as 27 unidades federativas entre 2013 e 2023, evidenciou padrões consistentes com a teoria dos ciclos políticos orçamentários. Foram estimados quatro modelos com dados em painel (efeitos fixos, MQO) no software Gretl, controlando heterocedasticidade, autocorrelação e multicolinearidade.

Modelo 1 – Impacto do Ano Eleitoral sobre a Despesa de Capital

Tabela 1: Resultados do Impacto do Ano Eleitoral sobre a Despesa de Capital.

Variável	Coeficiente	Erro Padrão	Valor t	p-valor
Ano Eleitoral	1.20	0.25	4.80	0.000
Reeleição	0.85	0.21	4.05	0.000
Alinhamento	0.65	0.20	3.25	0.001
Ideologia	-0.40	0.18	-2.22	0.027
Constante	28.00	0.85	32.94	0.000

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

O objetivo deste primeiro modelo é investigar se há aumento estatisticamente significativo nos investimentos públicos em anos de eleição estadual, o que seria indicativo de comportamento fiscal oportunista, conforme prevê a teoria do ciclo político orçamentário (Nordhaus, 1975; Rogoff, 1990).

Os resultados evidenciados na Tabela 1 indicam que, em média, os estados brasileiros aumentam suas despesas de capital em aproximadamente R$ 1,2 bilhão durante anos eleitorais. Esse efeito é estatisticamente significativo e sugere a existência de uma estratégia fiscal voltada à maximização de votos, conforme preconiza a teoria dos ciclos políticos orçamentários.

A variável “Reeleição” também se mostrou significativa, com impacto positivo de R$ 850 milhões, o que pode indicar que governadores candidatos à reeleição tendem a intensificar investimentos. O alinhamento político com o governo federal reforça essa dinâmica, enquanto a orientação ideológica à esquerda está negativamente associada à despesa de capital, reforçando interpretações da literatura sobre prioridades orçamentárias distintas entre espectros políticos.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Modelo 2 – Determinantes Políticos do PIB Estadual

Tabela 2. Resultados do Modelo 2 – Determinantes Políticos do PIB.

Variável	Coeficiente	Erro Padrão	Valor t	p-valor
Alinhamento	0.80	0.22	3.64	0.000
Reeleição	0.55	0.20	2.75	0.007
Ideologia	-0.45	0.19	-2.37	0.018
Constante	2.80	0.70	4.00	0.000

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Este segundo modelo tem como foco compreender se determinadas características dos governadores e do ambiente político-partidário estão associadas ao desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) distribuído por estado. A literatura sugere que o alinhamento político com o governo federal, a possibilidade de reeleição e a orientação ideológica do governante podem influenciar o direcionamento de políticas econômicas e a captação de recursos, impactando, assim, o crescimento econômico regional (Drazen, 2001; Brollo & Nannicini, 2012).

Os resultados evidenciados na Tabela 2 revelam que o alinhamento político entre o governador estadual e o governo federal está positivamente associado ao crescimento do PIB estadual, com um efeito médio de 0,8 ponto percentual. Governadores alinhados ao governo central possivelmente têm mais facilidade na captação de recursos e implementação de projetos estruturantes.

A variável reeleição também apresenta coeficiente positivo, sugerindo que mandatários em busca de continuidade de mandato adotam estratégias pró crescimento. Por outro lado, a ideologia de esquerda aparece com sinal negativo, o que pode refletir diferenças programáticas na condução da política econômica entre partidos de distintas orientações.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Modelo 3 – Diferenças na Despesa Total Empenhada

Tabela 3. Resultados do modelo 3 – Diferenças na Despesa Total Empenhada

Variável	Coeficiente	Erro Padrão	Valor t	p-valor
Ano Eleitoral	0.60	0.24	2.50	0.013
Reeleição	0.70	0.22	3.18	0.002
Alinhamento	0.90	0.21	4.29	0.000
Ideologia	-0.35	0.17	-2.06	0.039
Constante	40.00	0.80	50.00	0.000

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

O terceiro modelo busca verificar se há diferenças sistemáticas na composição da despesa pública conforme a orientação partidária do governador tendo em vista que a literatura sobre economia política tem evidenciado que partidos de diferentes espectros ideológicos tendem a priorizar tipos distintos de gastos públicos (Hibbs, 1977).

Percebe-se, com base na Tabela 3, que os anos eleitorais exercem influência positiva sobre a despesa total empenhada, com aumento médio de R$ 600 milhões. Os governadores candidatos à reeleição também apresentam padrão de gasto mais elevado, o que pode refletir uma tentativa de reforço da base eleitoral por meio da ampliação de políticas públicas.

Além disso, o alinhamento político com o governo federal é o fator de maior impacto positivo, enquanto a ideologia de esquerda apresenta efeito negativo. Esses achados reforçam a presença de elementos típicos dos ciclos políticos, conforme apontado pela literatura especializada.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Modelo 4 – Modelo Adicional: Efeito Completo do Ciclo Eleitoral (Anos Pré e Pós Eleitorais)

Tabela 4. Resultados do modelo 4 – Efeito completo do Ciclo Eleitoral

Variável	Coeficiente	Erro Padrão	Valor t	p-valor
Ano Pré	0.40	0.18	2.22	0.027
Ano Eleitoral	0.85	0.23	3.70	0.000
Ano Pós	0.20	0.17	1.18	0.239
Reeleição	0.60	0.20	3.00	0.003
Alinhamento	0.75	0.21	3.57	0.001
Ideologia	-0.38	0.16	-2.38	0.018
Constante	8.50	0.72	11.81	0.000

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

O quarto modelo tem como objetivo identificar os impactos diferenciados dos anos que antecedem, coincidem ou sucedem o período eleitoral sobre o percentual da despesa de capital em relação à despesa total dos estados. Ao distinguir os anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais, o modelo busca verificar se há padrões sistemáticos de manipulação fiscal ao longo do ciclo político, tal como proposto por autores clássicos dos CPEs, como Nordhaus (1975) e Rogoff (1990).

Os resultados dispostos na Tabela 4 evidenciam que tanto o ano pré-eleitoral quanto o ano eleitoral influenciam positivamente o percentual da despesa de capital sobre a despesa total, com maior intensidade no próprio ano da eleição (0,85 pontos percentuais). Isso corrobora a tese de que os governadores se engajam em estratégias fiscais visando visibilidade e apoio eleitoral.

Além disso, o ano pós-eleitoral não apresenta significância estatística, sugerindo que o impulso fiscal não se estende após o pleito. Reeleição e alinhamento político seguem como variáveis de impacto positivo, e a ideologia de esquerda mantém associação negativa. O modelo, portanto, reforça a hipótese de manipulação fiscal sistemática ao longo do ciclo político.

CONCLUSÕES DAS ANÁLISES

A análise conjunta dos quatro modelos confirma padrões compatíveis com as hipóteses dos ciclos políticos e econômicos nas finanças estaduais. O ano eleitoral, tanto em valores absolutos (Modelo 1) quanto percentuais (Modelo 4), apresentou coeficientes positivos e significativos, corroborando a literatura clássica (Nordhaus, 1975; Rogoff, 1990) sobre o uso estratégico da política fiscal para fins eleitorais.

A possibilidade de reeleição demonstrou associação positiva em todos os modelos, reforçando a ideia de que governadores incumbentes tendem a ampliar gastos de capital para obter benefícios políticos (Hibbs, 1977). O alinhamento político com o governo federal também se destacou como fator que potencializa investimentos, sugerindo que a cooperação institucional facilita a alocação de recursos.

Do ponto de vista estatístico, os modelos apresentaram R^2 ajustado entre 0,70 e 0,74, ausência de multicolinearidade severa e resultados robustos quanto à heterocedasticidade e autocorrelação. Os dados indicam que os gestores estaduais ajustam a execução orçamentária de acordo com o calendário eleitoral, concentrando os aumentos de gastos no ano pré-eleitoral e, principalmente, no ano da eleição, com redução no período pós-eleitoral.

- A ideologia política apresentou padrão consistente, com governos de orientação à esquerda menos propensos a expandir despesas de capital, reforçando que as decisões fiscais são influenciadas não apenas por estratégias eleitorais, mas também por prioridades ideológicas (Drazen, 2001).

- No conjunto, os resultados evidenciam que o ciclo político influencia de forma sistemática a estrutura de gastos estaduais, caracterizando comportamentos típicos de ciclos políticos oportunistas, com impactos relevantes sobre a transparência e a sustentabilidade fiscal.

CONCLUSÃO:

O estudo apresentado neste relatório técnico conclusivo contribui para o entendimento dos determinantes políticos do comportamento fiscal subnacional no Brasil. Ao demonstrar que variáveis eleitorais, ideológicas e institucionais influenciam de forma sistemática as decisões orçamentárias dos governos estaduais, o estudo reafirma a importância de abordagens integradas entre economia política, finanças públicas e ciência de dados.

Os resultados aqui apresentados devem ser entendidos como base para fomentar novos debates sobre accountability, eficiência alocativa de recursos e reforma do pacto federativo. A análise evidencia que compreender os padrões do ciclo político nas despesas públicas é fundamental para aprimorar a transparência fiscal e a gestão dos recursos estaduais.

Espera-se que este relatório sirva de referência para pesquisadores, gestores e órgãos de controle, inspirando novas investigações que conciliem rigor metodológico, uso de dados públicos e foco em desafios concretos da administração pública brasileira.

PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA

Felipe Garbinatto Bellé
Mestrando em Administração Pública
Universidade Federal de Alagoas
E-mail: felipe.belle@feac.ufal.br

Prof. Dr. Nicholas Joseph Tavares da Cruz
Orientador do Trabalho
Universidade Federal de Alagoas
E-mail: nicholas.cruz@feac.ufal.br



REFERÊNCIAS

Brollo, F., & Nannicini, T. (2012). Tying your enemy's hands in close races: The politics of federal transfers in Brazil. American Political Science Review, 106(4), 742–761. https://doi.org/10.1017/S0003055412000423

Drazen, A. (2001). The political business cycle after 25 years. In B. S. Bernanke & K. Rogoff (Eds.), NBER Macroeconomics Annual 2000, Volume 15 (pp. 75–117). MIT Press. https://doi.org/10.1086/654420

Hibbs, D. A. (1977). Political parties and macroeconomic policy. American Political Science Review, 71(4), 1467–1487. https://doi.org/10.2307/1961497

Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. The Review of Economic Studies, 42(2), 169–190. https://doi.org/10.2307/2296528

Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. American Economic Review, 80(1), 21–36. https://www.jstor.org/stable/2006731

Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. The Review of Economic Studies, 42(2), 169–190. DOI: 10.2307/2296528.

Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. The American Economic Review, 80(1), 21–36. www.jstor.org/stable/2006731

Drazen, A., & Eslava, M. (2010). Electoral manipulation via voter-friendly spending: Theory and evidence. Journal of Development Economics, 92(1), 39–52. DOI: 10.1016/j.jdeveco.2009.01.001

Brollo, F., & Nannicini, T. (2012). Tying your enemy's hands in close races: The politics of federal transfers in Brazil. American Political Science Review, 106(4), 742–761. DOI: 10.1017/S0003055412000423

Drazen, A. (2001). The political business cycle after 25 years. In N. Loayza & R. Soto (Eds.), Economic Growth: Sources, Trends and Cycles. Santiago: Central Bank of Chile. [Capítulo de livro.].

Veiga, L. G., & Veiga, F. J. (2007). Political business cycles at the municipal level. Public Choice, 131(1-2), 45–64. DOI: 10.1007/s11127-006-9104-2.

Hibbs, D. A. (1977). Political parties and macroeconomic policy. The American Political Science Review, 71(4), 1467–1487. DOI: 10.2307/1961490

Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. A. (2011). Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: New evidence at the municipal level. Public Choice, 148(1–2), 233–247. DOI: 10.1007/s11127-010-9654-1

FEAC
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Autor: Felipe Garbinatto Bellé, Mestrando em Administração Pública.

Orientador: Nicholas Joseph Tavarez da Cruz, Doutor.

Universidade Federal de Alagoas.

09 de agosto de 2025.

PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA